

A AGRICULTURA FAMILIAR E A PRODUÇÃO DE TABACO NO SUL DO BRASIL

Sem dúvida alguma, o tabaco é o produto agrícola não alimentar com a maior participação da agricultura familiar no total do volume produzido. Estima-se que ao redor de 95% do tabaco brasileiro seja produzido pela agricultura familiar e a grande maioria no sistema integrado de produção, formalizado por meio de um Contrato de Compra e Venda entre a Indústria e o Produtor.

Mas, quem é essa agricultura familiar que, nos três estados do Sul, produz o tabaco que é destinado pelas indústrias, prioritariamente (86%) para a exportação?

Do ponto de vista quantitativo, a recente divulgação dos dados do Censo Agropecuário de 2016-17, pelo IBGE, trouxe uma grande dúvida. Enquanto as Indústrias e a AFUBRA anunciam a existência de 150 mil famílias produtoras, na região Sul, o Censo Agropecuário divulga a presença, para esta região, de 92.549 estabelecimentos agropecuários com produção de tabaco. Ou seja, olhar a questão do tabaco e dos efeitos das políticas de controle do tabaco do ponto de vista da produção exige que se identifique, o quanto antes, quantas famílias estão direta e efetivamente envolvidas nesta cadeia produtiva.

Do ponto de vista do perfil das famílias, estudos realizados a partir de 8.385 famílias beneficiárias da Chamada Pública 06/2013 de ATER para a Diversificação, executada na região Sul entre 2014 e 2017, indica que são famílias jovens, com grande presença de juventude, com reduzida mão-de-obra familiar, de baixa escolaridade entre as pessoas adultas, com pouca terra e onde há, em várias regiões, abundância de água, com unidades de produção razoavelmente estruturadas (benfeitorias e maquinários) e convivendo com sérios problemas de saúde (depressão, uso intensivo de medicamentos controlados, doenças de pele, intoxicação por agrotóxicos e pela nicotina, entre outros). Grande parte destas características foram também identificadas pela pesquisa patrocinada pelo SindiTabaco e realizada pela CEPA/UFRGS – Centro de Estudos e Pesquisas em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2016.

No que se refere à produção e renda, a maioria das famílias é altamente do tabaco: 53% dependem exclusivamente, na atividade agrícola, da renda do tabaco. A renda bruta é alta: para 74% o valor bruto obtido apenas com o tabaco é superior a 3 salários mínimos mensais. Mas os custos (insumos, mão-de-obra contratada, arrendamento, lenha, energia elétrica, etc) também são grandes, sem contar o custo dos investimentos. Para 64% das famílias a renda líquida per capita do tabaco é inferior a um salário mínimo mensal e para 45% a remuneração líquida da mão-de-obra familiar é menor que um salário mínimo mensal. Ou seja, há famílias produtoras de tabaco que, efetivamente, têm uma boa renda e mesmo uma boa qualidade de vida. Mas, a maioria está no limite da simples reprodução e da sobrevivência, sendo que muitas estão abaixo deste nível, na dependência, inclusive, de políticas de transferências, como o Programa Bolsa Família (segundo a pesquisa CEPA/UFRGS, 8,2% das famílias produtoras de tabaco no RS dependem da renda de programas sociais).

E, todos os dados apontam no sentido que as famílias que têm outras fontes de rendas agrícolas e não agrícolas estão em melhores condições de renda e de qualidade de vida.

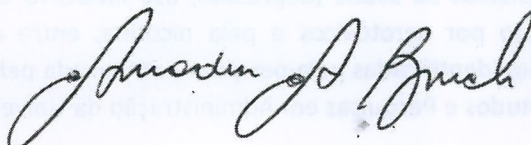
No que se refere à agricultura familiar produtora de tabaco do ponto de vista das expectativas, pode-se perceber, pelo menos, quatro preocupações, cujo desenrolar do processo não depende dessas famílias: a) as transformações no processo produtivo, com avanços na modernização, maiores índices de produtividade, deslocamentos da produção, gerando maior concentração da produção e exclusão de famílias; b) a tendência de queda no consumo mundial, com fortes impactos nas exportações brasileiras que afetará de forma muito mais significativa a produção nacional do que os avanços na redução interna da prevalência do tabagismo; c) os avanços acelerados nas mudanças do hábito de fumar, especialmente nos países desenvolvidos, com o crescimento da presença do narguilé e do cigarro eletrônico; d) o esvaziamento do Programa de Apoio à Diversificação, com o ainda pequeno número de famílias atendidas por ações de Assistência Técnica e Extensão Rural e a quase ausência de outras políticas públicas de

comercialização, de fomento em atividades alternativas, de agregação de valor, de acesso à terra, de capacitação profissional, que se articulem entre si e promovem o desenvolvimento integral da famílias.

E há, por fim, o aspecto que se refere ao sonho e ao desejo de futuro das famílias. É muito comum se ouvir de agricultores, agricultoras e de lideranças das regiões produtoras de tabaco que “ninguém planta fumo porque quer”, pois há um nível de determinação e de dependência que é mais forte que a vontade das pessoas. Segundo as famílias participantes da Chamada Pública de ATER, 76% expressaram o desejo de deixar de produzir tabaco para viver de outras atividades agrícolas. Os problemas de saúde, o contato direto com os agrotóxicos, a penosidade do trabalho e a baixa renda estão entre os principais motivos.

É fundamental que o poder executivo e o poder legislativo de todas as esferas de governo, ao invés de se preocuparem com a queda na renda e nos lucros das indústrias multinacionais do tabaco, se preocupassem em viabilizar alternativas reais e efetivas de produção e renda, mediante ações massivas, duradouras e ininterruptas, para as famílias com eminente risco de exclusão da cadeia produtiva do tabaco e para as famílias que desejam e sonham viver no espaço rural produzindo alimento, vida saudável e desenvolvimento.

Curitiba, 22 de novembro de 2018.



Amadeu A. Bonato

Coordenador Técnico do DESER – Departamento de Estudos Sócioeconômicos Rurais